

Trânsitos acadêmicos e a produção de conhecimento

Notas sobre a migração e as políticas da prática científica entre doutorandos brasileiros em Portugal

Antonio Pedro Cavalcante de Barros

O projeto mais amplo em que este trabalho se insere tem como objetivo principal entender como o conhecimento produzido por cientistas sociais brasileiros em Portugal é marcado pela experiência da migração. Por um lado, pelos próprios efeitos epistemológicos que o “ser estrangeiro” pode causar, e pelo dado da diferença entre as lógicas de organização, tradições rituais e linhas de pensamento em atividade nos ambientes acadêmicos dos dois países. Por outro lado, pretendo entender também como as vivências cotidianas de defrontamento com a categoria social de “brasileiro” -- importante na vida social portuguesa e carregada de estereótipos -- podem produzir deslocamentos subjetivos, como de classe ou de raça, e que podem reposicionar a perspectiva a partir da qual o investigador conduz as várias etapas do trabalho científico. Tenho conduzido a minha investigação junto a doutorandos, principalmente, e com dois focos principais: o primeiro, é como eles elaboram a experiência migratória e o segundo é sobre as características dos projetos que eles estão desenvolvendo — como a agente político-científica em que eles se inscrevem, as referências teóricas que eles mobilizam ou ainda os parâmetros implícitos ou explícitos de comparação do objeto de estudo.

Os meus interlocutores são parte de um fluxo migratório que tem se intensificado nos últimos anos. Neste texto, apresento alguns resultados da primeira etapa da pesquisa, que consistiu em mensurar esse fenômeno a partir de dados secundários, e compreendê-lo de maneira integrada aos acontecimentos recentes da história do Brasil. Os dados estatísticos foram recolhidos das bases de dados da Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, de Portugal, e da CAPES, no Brasil. Esse material é complementado com alguns dados etnográficos preliminares. Os primeiros meses do trabalho de campo se deram de março a junho de 2022, nas atividades letivas e associativas de algumas instituições de ensino superior em Lisboa. O que apresento a seguir não é uma tentativa de explicar esse fluxo migratório, até porque esse não é um dos objetivos da minha pesquisa. Mas parece-me importante realçar algumas associações com os contextos político e acadêmico do Brasil contemporâneo.

No ano letivo de 2020/2021, o último do qual temos dados disponíveis, havia 4276 estudantes de doutorado, inscritos em 24 instituições de ensino superior em Portugal. Esse número pode ser um

pouco maior, porque há alguns estudantes com dupla cidadania europeia, que contam nas estatísticas como nacionais de outros países. Mas, pelo que eu pude observar no trabalho de campo, essa diferença não deve ser assim tão significativa. Nos últimos dez anos, houve um aumento de 204% do número de doutorandos brasileiros e eles hoje representam 18% do total dos doutorandos e 52% dos doutorandos estrangeiros em Portugal. Me chamou a atenção esse aumento porque ele é bastante superior ao aumento dos doutorandos em Portugal de todas as nacionalidades, que foi de 23% e também ao do aumento de doutorandos no Brasil, que foi de 53% (CAPES, 2021c). No gráfico 1, mostro a evolução do número de doutorandos matriculados em Portugal entre os anos letivos de 2011/2012 e 2020/2021, com destaque para o número de brasileiros e portugueses.

Doutorandos matriculados em Portugal

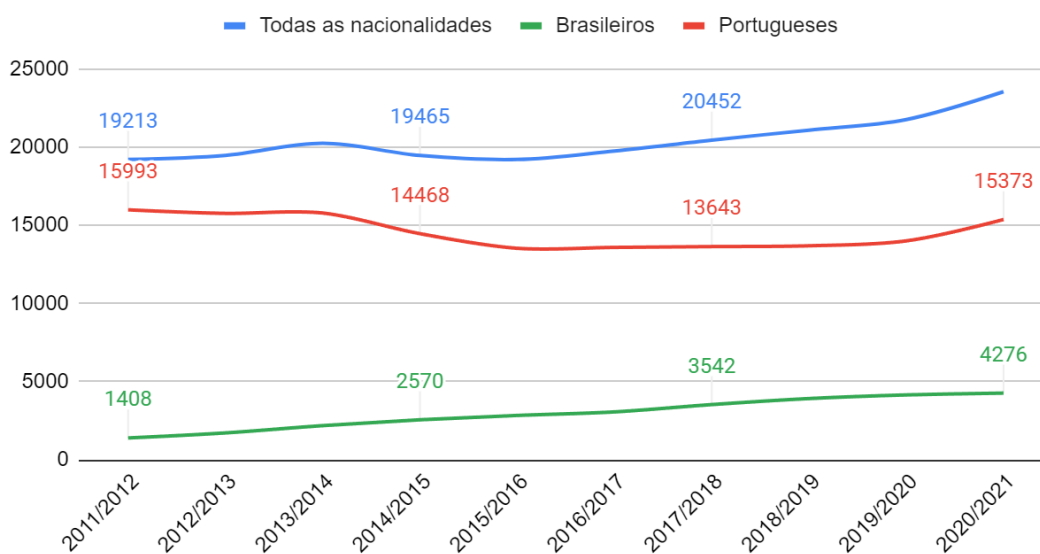


Gráfico 1 – Evolução do número de doutorandos matriculados em Portugal entre 2011/2012 e 2020/21 (DGEEC, 2022)

Especificamente nas áreas disciplinares que interessam à minha pesquisa -- das ciências sociais e áreas de grande interlocução, como a saúde pública, a história e a comunicação -- eram 804 doutorandos no ano letivo de 2020/2021. Eles estavam inscritos em 15 instituições de ensino superior, todas públicas, conforme mostro na tabela 1. É possível observar uma certa dispersão dos estudantes pelas instituições de ensino superior. Isso é um pouco diferente da distribuição dos estudantes estrangeiros dos outros países em Portugal, que tendem a se concentrar em instituições e programas específicos. Um exemplo é o programa de Gestão Empresarial do ISCTE, que concentra 25% do total doutorandos chineses em Portugal. No meu trabalho de campo, por exemplo, me surpreendi ao encontrar uma turma composta majoritariamente de estudantes chineses nas aulas do programa de mestrado em Estudos Brasileiros da Universidade de Lisboa. Mas com algumas poucas conversas, consegui perceber que essa presença estava associada aos incentivos para a formação em áreas

consideradas estratégicas do estado chinês. No caso dos doutorandos brasileiros, há uma certa concentração em Coimbra e Lisboa, especialmente nas áreas disciplinares que me interessam. Por isso, as duas cidades foram selecionadas como campo de pesquisa.

Instituição de Ensino Superior	Nº de brasileiros inscritos
Universidade de Coimbra	256
Universidade de Lisboa	120
Universidade Nova de Lisboa	71
ISCTE	67
Universidade do Minho	53
Universidade do Porto	49
Universidade de Évora	41
Universidade de Aveiro	35
Universidade Aberta	27
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	26

Tabela 1 – Doutorandos brasileiros inscritos por instituição de ensino superior no ano letivo de 2020/2021, nas ciências sociais¹ e áreas afins. (DGEEC, 2022)

O dado da dispersão corrobora algumas percepções que tive no primeiro semestre de trabalho de campo. A primeira é a de que não há redes ou vinculações acadêmicas entre o Brasil e Portugal na atualidade que operem ativamente na promoção desse fluxo migratório. As escolhas da instituição, do programa e do orientador tendem a aparecer nas falas dos meus interlocutores como etapas posteriores à escolha de fazer o doutorado em Portugal. Não tive contato ainda em Lisboa com alguém que tenha feito o deslocamento atraído pelo trabalho que tem sido desenvolvido por instituições ou pesquisadores específicos. Pelo contrário, de forma geral, o deslocamento acadêmico internacional é apresentado geralmente como parte de estratégias individuais que tem a ver sobretudo com a cidade onde se quer viver e com adequação percebida das instituições e dos corpos discentes aos interesses e propostas de pesquisa que já trazem do Brasil. Acredito que possa encontrar uma outra situação em

¹ O recorte foi feito com base na categoria da DGEEC de Área de Educação e Formação - Área Detalhada. Os programas nas seguintes áreas foram incluídas: Sociologia e estudos culturais; Ciências sociais e comportamentais sem definição precisa; Ciências sociais, jornalismo e informação sem definição precisa, História e Arqueologia, Ciências Políticas e cidadania; Saúde pública

Coimbra, dado o prestígio da universidade, e mais especificamente do Centro de Estudos Sociais e do trabalho desenvolvido pelo Professor Boaventura de Sousa Santos – que acredito que possam constituir uma força de atração mais centralizada. Mas a dinâmica mais dispersa encontrada em Lisboa é já em si um dado sobre a diversidade presente dentro desse fluxo migratório.

Junto a isso, acredito que essa dispersão possa estar associada a ausência de incentivos oficiais dos estados brasileiro ou do português. Durante o período de 2010 a 2015 houve um crescimento no número de bolsas de doutorado pleno no exterior oferecidas pela CAPES, e isso pode explicar em parte o crescimento de doutorandos brasileiros em Portugal nesse período. No entanto, não há uma correlação entre os dois fenômenos, uma vez que essas bolsas praticamente deixam de existir a partir de 2016 e número de doutorandos brasileiros em Portugal continua a subir. No gráfico 2, é possível ver simultaneamente a evolução em dez anos do número de doutorandos brasileiros e do número de bolsistas de doutorado pleno da CAPES em Portugal.

Doutorandos e Bolsistas brasileiros em Portugal

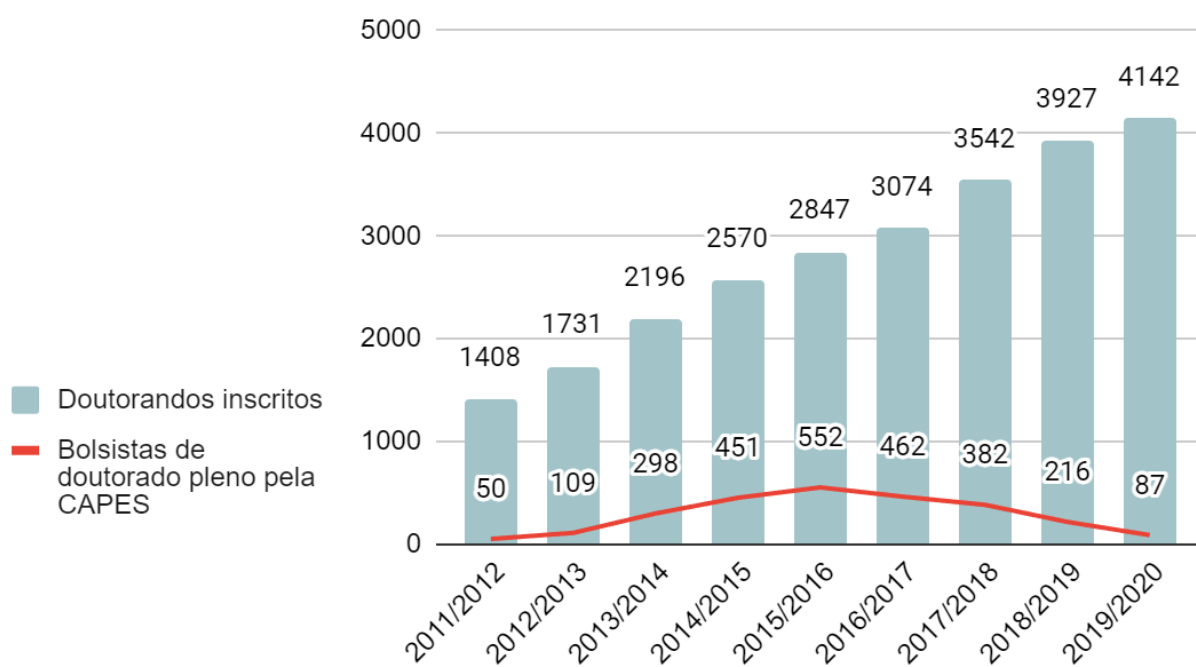


Gráfico 2 – Evolução do número de bolsistas de doutorado pleno da CAPES e do número de doutorandos brasileiros em Portugal (DGEEC, 2022; CAPES, 2021b)

Esses dados são importantes porque confirmam o fato de eu não ter me deparado, ainda, no trabalho de campo, com algum doutorando brasileiro que tenha vindo com financiamento do Estado brasileiro. Todos os com que tive contato, até agora, vieram para Portugal e se sustentam com recursos próprios; quer seja de poupança, de rendimentos fixos no Brasil, de trabalho em Portugal ou de ajuda familiar. Isso resulta numa experiência de restrição material, que é praticamente generalizada entre

os meus interlocutores. Acredito que isso possa resultar da crescente desvalorização da moeda brasileira e da fragilidade das redes de apoio em Portugal. Mas é certo que a migração acaba exigindo uma série de readaptações da vida cotidiana que costumavam ter nos seus contextos de origem, e introduz algumas experiências inéditas na vida de muitos dos interlocutores. Dou como exemplos o trabalho em funções que exigem pouca qualificação formal e a partilha do espaço de moradia com desconhecidos. Ainda não tenho material o suficiente para dizer se isso é vivido como uma mobilidade social descendente e se encontra alguma reverberação nos interesses intelectuais dos meus interlocutores, mas é um tema que pretendo investigar mais a fundo. É importante destacar também que, na sua maioria, esses doutorandos contam com a possibilidade de conseguir um financiamento do Estado português, que são concentrados na Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Há, portanto, uma dissociação entre a oferta de bolsas e o crescimento de doutorandos brasileiros em Portugal. Eles não vêm com um incentivo econômico direto e por isso descarto que o aumento 204% no número de doutorandos brasileiros em Portugal esteja diretamente associado aos incentivos oficiais do Estado brasileiro para a mobilidade. Mas isso não quer dizer que não tenha uma relação mais indireta com as políticas públicas de financiamento e gestão da ciência do Estado Brasileiro. Parece-me provável que esta presente vaga de migração tenha a ver com as transformações profundas pelas quais o campo científico-universitário brasileiro vem passando desde o início anos 2000. A seguir, apresento-as organizadas em dois momentos diferentes.

O primeiro momento se deu durante os anos do governo do Partido dos Trabalhadores, especialmente a partir de 2010, quando começou o primeiro mandato da Dilma Rousseff. Foi um período caracterizado pelo crescimento do investimento público em ensino superior e ciência, que passou a ser considerado como uma área de investimento prioritária e estratégica para o Estado brasileiro (Ferreira, Chaves, 2018). Algumas medidas importantes foram a expansão e interiorização do sistema universitário; a ampliação da pós-graduação; o crescimento da oferta de bolsas de estudo e de financiamentos para pesquisa. Foi um período também de uma certa legitimação pública dos acadêmicos, que eram convocados para as formulações das políticas públicas, quer como membros nomeados do governo, como consultores ou como participantes nos conselhos deliberativos. Muito dessa participação tinha uma ligação direta com a atividade da pesquisa científica, tal como acontecia nos laudos de impacto social e ambiental de novos empreendimentos, ou de projetos mais amplos, como a Comissão da Verdade. E não me parece despropositado acreditar que essa crescente convocação pública do conhecimento feito a partir da universidade possa ter contribuído para a construção de uma posição de algum prestígio para a ciência e os pesquisadores.

Esse contexto parece ter sido marcado, do ponto de vista do campo científico-universitário brasileiro, por uma espécie de otimismo. Alguma evidência histórica desse senso de otimismo pode

ser encontrada na própria produção científica da época acerca das políticas públicas de financiamento à ciência e do funcionamento do campo universitário. (Araújo e Silva, 2014; Amorim, 2012; Correia-Lima, Riegel, 2015; Moritz, Moritz, Melo, 2011). No geral, esse material parece ter como pressuposto uma crença na consolidação de uma posição social de prestígio para a ciência e para os cientistas e na inexorabilidade do crescimento progressivo no investimento na área. De maneira mais ou menos explícita, muitos autores corroboram a tese de que o conhecimento seria um ativo importante para os Estados-nação que, em competição, almejavam se tornar polos de criação de tecnologia e exportadores de produtos e serviços altamente qualificados. Noções como “economia do conhecimento”, “competição por cérebros” ou “era da informação” são convocadas para construir essa narrativa e deixam entrever um entendimento de que o conhecimento científico seria um elemento definidor daquele momento histórico. Consta-se, com frequência, o alcance de um consenso em relação a essa ideia, o que faz-me imaginar que as condições de trabalho naquela época fossem tão estáveis que os permitia falar do mundo científico sem considerar os processos de precarização já em curso e talvez mais evidente em outros contextos (Wright; Dabo, 2010). Esse argumento está muito bem resumido e representado no seguinte trecho:

“É oportuno voltar a destacar que estamos vivendo um momento em que existe consenso sobre a importância do conhecimento para o crescimento econômico, o desenvolvimento social e a preservação do meio ambiente, assim como sobre o fato de que tal conhecimento está, em grande parte, sendo incorporado às organizações e às pessoas. Nestas circunstâncias, formar pessoas capazes de absorver, gerar e utilizar conhecimento é uma questão central para todos os países.” (MORITZ, MORITZ, MELO, 2011)

É notável a presença da palavra “consenso” nesse trecho. Não pretendo desenvolver uma discussão acerca da validade desse argumento. Mas tomo-o aqui, junto a outros recolhidos de artigos da área, como material etnográfico, e proponho uma leitura das seções de bases teóricas e contextualizações históricas desses artigos como um entendimento êmico desses investigadores acerca do próprio presente e do lugar que ocupam. Dessa forma, o tom empregado pelos pesquisadores dessa época me parece ter a ver com aquele contexto político e econômico, em especial no Brasil. Considero improvável que essas descrições se sustentem hoje, diante da consolidação, no espaço público, de discursos da extrema-direita e dos negacionismos de toda ordem.

A intensificação das políticas de internacionalização também foi um fenômeno percebido como sinal de prosperidade da vida acadêmica e de oportunidade de reposicionamento do país no cenário científico internacional. Por um lado, houve um investimento massivo em mobilidade internacional, principalmente através do programa ciência sem fronteiras, que concedeu 92.880 mil bolsas, sendo aproximadamente 78,9 mil para estudantes de graduação (Moura e Doula, 2019; Granja

e Carneiro, 2021), para temporadas de seis meses a um ano em universidades fora do país. Junto aos programas de mobilidade de curta duração, houve também um aumento no investimento na formação de doutores no exterior. E mesmo sem financiamento público, a mobilidade acadêmica operacionalizada por meio dos convênios universitários por iniciativa independente foi acessível a um número maior de pessoas, porque o Real era uma moeda muito mais valorizada do que é hoje.

O Ciência Sem Fronteiras acabou em 2016 e, sem dúvida, proporcionou a experiência de mobilidade internacional, ou ao menos tornou-a próxima, para uma geração de estudantes universitários. Nas falas dos meus interlocutores aparecem, com frequência, histórias passadas de mobilidade estudantil ou de representações positivas da mobilidade estudantil construídas por proximidade com alguém que a vivenciou -- cabe lembrar que o Ciência Sem Fronteiras não incluía as ciências sociais. Uma interlocutora conta, por exemplo, como o desejo prévio de ter uma experiência fora do Brasil foi direcionado para um plano concreto de prosseguir os estudos em Portugal depois de duas amigas terem estado em Coimbra por alguns semestres, e retornarem com relatos positivos da experiência. Uma outra interlocutora viveu ela mesma um ano de mobilidade na Bélgica e conta que, durante esse período, estabeleceu um grupo de amigos portugueses que também estavam lá temporariamente. A partir de então, começou a visitar regularmente Portugal e construiu uma rede de relações estável em Lisboa, que esteve na base da construção de decisão migratória. Esses relatos ainda vão ser devidamente compilados e analisados, mas sugiro já aqui que parte da força de atração de Portugal como destino para uma diáspora científica brasileira possa ter se formado nesse período.

Em paralelo, houve uma outra estratégia de internacionalização, que foi um pouco menos publicizada e me parece que teve como objetivo o reposicionamento do Brasil como um centro produtor de conhecimento de interesse internacional. Menciono aqui os editais Prosul e Proafrica, que fomentaram a pesquisa brasileira acerca de contextos fora do país; a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), que foram concebidos como polos de ensino e pesquisa necessariamente internacionalizados e sediados no Brasil; e também a expansão do Programa de Estudantes-Convênio (da Silva, 2014), que possibilitou a formação de milhares de estudantes estrangeiros de graduação e pós-graduação nas instituições de ensino brasileiras. Esse é um tema que precisa ainda de uma pesquisa mais aprofundada, mas me parece que esse conjunto de iniciativas teve o efeito – ainda não consigo dizer se planejado ou não – de uma internacionalização das agendas de pesquisa das ciências sociais brasileiras e dos corpos discentes no país. Nesse sentido, o Brasil deixa de ocupar uma posição relativamente autocontida de estudar os próprios contextos empíricos e passa a ser um lugar a partir do qual muito pesquisadores, pela razão que seja, passam a se sentir interessados e autorizados para tratar de outros contextos empíricos. Acredito que isso possa ter

alterado a compreensão hegemônica na academia brasileira acerca da própria posição internacional ocupada pelas instituições de pesquisa e pesquisadores sediados no Brasil, cujo escopo e interesse passam a extravasar o território nacional, e ocasiona situações que projetam o Brasil, a academia brasileira e os pesquisadores brasileiros de outra maneira nos contextos de interação internacionais.

Houve um episódio no meu trabalho de campo que acredito ser uma boa ilustração desse tipo de situação, cujas composição e estrutura de interações me parecem um reflexo direto dos processos de internacionalização da academia brasileira que enumerei anteriormente. Tratava-se de um seminário, apresentado por um pesquisador brasileiro, acerca de um tema da história política de um país africano que foi uma ex-colônia de Portugal. Para além do apresentador, havia 12 pessoas presentes: 7 eram brasileiros, e me chamou a atenção que 5 deles eram cariocas e só um não era branco; havia um doutorando português, um italiano e três estudantes de mestrado naturais de um outro país africano, também marcado pela colonização portuguesa. Para além da composição do evento por si só já me ter chamado a atenção, achei notável o protagonismo assumido pelos brasileiros. No geral, apresentavam de um modo relativamente descontraído os seus temas de pesquisa, todos baseados em algum país no continente africano que experienciou a colonização portuguesa, e colocavam questões, comparando o conteúdo exposto no seminário com os próprios contextos empíricos que estudam. As falas eram permeadas por apresentações generosas de datas, personagens e episódios da história desses países. Os três estudantes de mestrado também pediram a palavra. No entanto, o tom, o teor e o tempo das falas foram muito diferentes. Todos os três saudaram o apresentador da sessão com uma certa reverência e se apresentaram como estudantes egressos de instituições de ensino superior brasileiras, de onde já o tinham tomado como referência. Se limitaram a fazer perguntas e comentários muito pontuais sobre o conteúdo apresentado.

A diferença entre a conduta dos estudantes de doutorado brasileiros e os de mestrado africanos nesse evento pode ter a ver com o peso que as hierarquias acadêmicas têm nos contextos de interação e com os níveis diferentes de desenvoltura que um mestrando e um doutorando se permitem ter. Mas queria chamar atenção aqui para três pontos: 1) a protagonismo da fala construída a partir do Brasil sobre “África” num evento acadêmico em Portugal; 2) o fato de os três estudantes de mestrado africanos terem começado a formação acadêmica no Brasil e terem como referências de formação pesquisadores brasileiros; 3) a ausência de doutorandos africanos no evento. Quero deixar claro aqui que isso de modo algum fala sobre a qualidade dos trabalhos apresentados ou das contribuições. Foi um seminário muito interessante, em que eu mesmo aprendi muito e de onde saí com questões. Menciono-o, aqui, porque ele foi palco de interações marcadas por hierarquias entrecruzadas, que ajudam a visualizar as ambiguidades e complexidades dos processos de internacionalização em curso na academia. Quem fala sobre o quê; sobre quem; quando; com que tom, são alguns indicadores do

grau de autoridade que os diferentes lugares de fala – construídos pelo nível de formação, pertencimento disciplinar, nacionalidade e marcadores de classe, raça e gênero -- acabam por ter nas interações acadêmicas. Mostra também como os processos de internacionalização, tanto da formação dos pesquisadores, como das agendas científicas, complexificaram as relações de poder para além de modelos do tipo norte-sul ou centro-periferia.

O período de alto investimento em ciência, nas universidades e em internacionalização foi seguido por um outro de retração. O impeachment da então presidente Dilma Rousseff iniciado legalmente em 2015 e concluído em 2016 foi o divisor entre esses dois momentos. Já desde antes do seu início formal, a movimentação pelo impedimento foi percebida por diversos setores da população brasileira como um esgarçamento do debate público democrático, e a sua formalização em processo jurídico foi percebida como o rompimento da normalidade de funcionamento do estado de direito. Foi um catalisador do aprofundamento da instabilidade política no país.

Do ponto de vista da ação estatal, o que ocorreu foi a substituição da retórica da expansão e desenvolvimento nacionais que caracterizaram os governos do Partido dos Trabalhadores por outra, centrada no equilíbrio das contas do Estado e combate à corrupção. Na prática, essa ideologia governamental do Brasil foi se desenhando mais como uma política de austeridade e representa cortes em todos os gastos redistributivos do Estado associados aos direitos sociais e a bens públicos. Ainda no primeiro ano do governo interino do Michel Temer, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 95, que ficou conhecida como a PEC do Teto dos Gastos Públicos, destinada a congelar o valor dos gastos públicos por vinte anos e que tem tido repercussões sobretudo nas áreas da saúde e da educação. A tônica do governo seguinte se manteve a mesma e até aprofundou o discurso da escassez de verbas e da dinâmica de cortes em bens públicos e direitos sociais.

Duas dinâmicas interligadas se instauraram pós-2016: primeiro, a de cortes orçamentários em sequência, que têm a ver com a lógica da austeridade pública neo-liberal; segundo, a deslegitimação pública da universidade, da ciência e dos pesquisadores, em especial no que se refere às ciências sociais, humanidades e artes. Não acredito que valha a pena aqui reproduzir aqui as ameaças e difamações feitas, por exemplo, pelo ex-ministro Abraham Weintraub, pelo movimento Escola Sem Partido, pelo próprio presidente ou pela arquidiocese de Porto Alegre na ocasião da exposição Queer Museum. Mas, no geral, caracteriza-se a universidade, em especial a universidade pública como uma espécie de *hub* de desocupados ou libertinos, que consomem as verbas públicas para financiar seus projetos políticos de doutrinação de “esquerda”, do “marxismo cultural” ou da “ideologia de gênero”. Acredito que o auge dessa dissociação entre o governo e a campo acadêmico científico possa ter se dado com o negacionismo do governo diante a pandemia do covid-19. Estes processos, sem dúvida,

afetaram as condições de formação acadêmica e trabalho científico no Brasil, que dependem em grande medida do financiamento e do reconhecimento públicos.

A seguir, apresento alguns dados quantitativos secundários, recolhidos das bases de dados da CAPES, que ajudam a visualizar o impacto que as mudanças de governo tiveram sobre o financiamento científico no país. Para se ter um panorama mais apurado, seria necessário apresentar também os dados do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, instituições públicas que também são fontes importantes de financiamento para a formação avançada. Pretendo tratar desses dados na próxima fase da pesquisa. No entanto, até o momento, concentrei-me em lidar com os dados da CAPES porque acredito que sejam mais representativos, uma vez que é a agência pública a conceder o maior número de bolsas para pós-graduandos. Entre 2011 e 2020, a CAPES concedeu 935.757 bolsas de mestrado e doutorado, enquanto o CNPq concedeu 292.552 (Noia e Alfano, 2021) — um número mais de três vezes menor do que o da CAPES.

No gráfico 3, apresento a evolução do número de bolsas nacionais concedidas pela CAPES de 2010 a 2020. É possível observar um ritmo de crescimento anual até 2014, quando o número total de bolsas começa a descer. Para analisar esses dados tomo ano de 2015 como marcador, por ser o ano de intensificação da crise política brasileira, do início do processo de impeachment e também por ser o ano a partir do qual o ritmo de investimento em ciência é alterado. De 2010 até 2014, a média de crescimento anual no número de bolsas foi de 16,38%. Já no período de 2015 a 2020 — que contém os anos da crise causada pelo impeachment, da presidência interina do Michel Temer e do início do governo de extrema-direita que veio a seguir —, houve uma diminuição média anual de 1,72% no número de bolsas. Ao comparar o número total de bolsas concedidas em 2020 com o de 2014, houve uma redução de 10,09%. A redução foi feita desigualmente entre os diferentes segmentos da pós-graduação, conforme mostro na tabela 3.

Evolução das bolsas nacionais concedidas pela CAPES

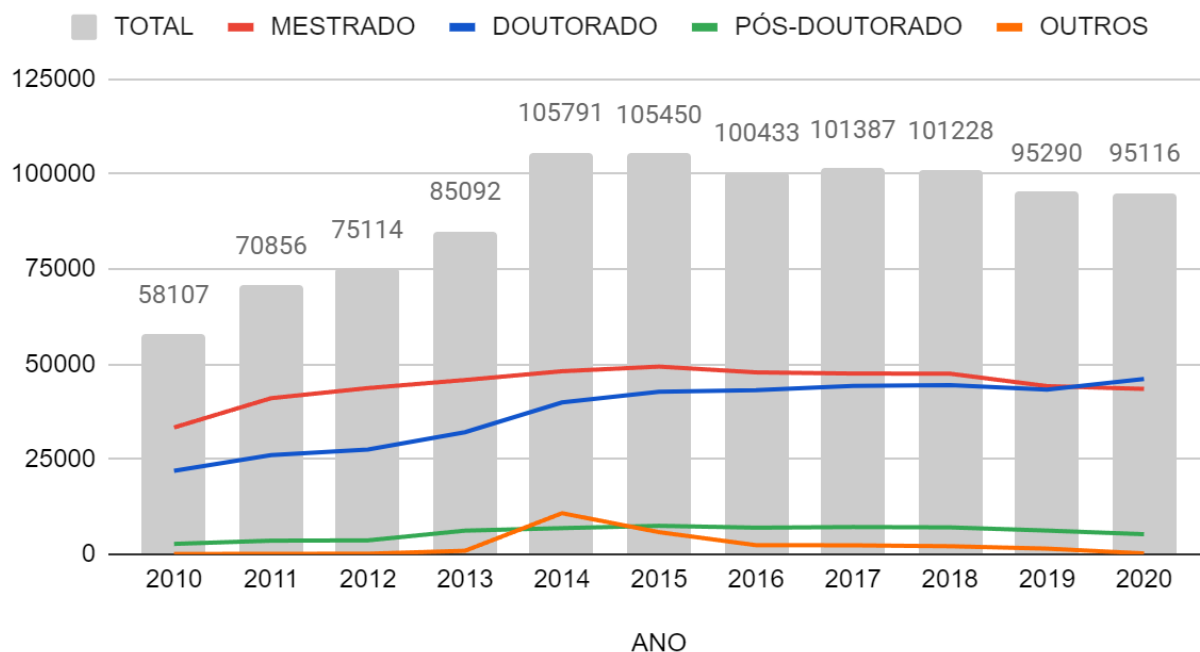


Gráfico 3 – Evolução do número de bolsas nacionais concedidas pela CAPES, por segmento, entre 2010 e 2020 (CAPES, 2021a)

Tabela 3 – Número de bolsas de pós-graduação nacionais em 2010, 2015 e 2020 e variação percentual em cada período (CAPES, 2021a)

Segmento	Mestrado		Doutorado		Pós-doutorado	
	Número	Δ%	Número	Δ%	Número	Δ%
Ano						
2010	33.357	—	21.941	—	2.734	—
2015	49.367	48%	42.779	95%	7.486	174%
2020	43.501	-12%	46.110	8%	5.281	-29%

É um dado curioso que, em específico, o número de bolsas de doutorado tenha continuado a crescer, ao contrário do que aconteceu nos outros segmentos. Mas é importante fazer duas considerações sobre esse ponto. A primeira delas é que o sistema universitário brasileiro, e, em especial, a pós-graduação encontram-se, ainda, em expansão. Tendo isso em vista, o crescimento no número de bolsas de doutorado, apesar de sinalizar uma situação menos dramática para esse segmento do que para os outros da pós-graduação, ainda assim foi abaixo do ritmo do crescimento do número de doutorandos matriculados, ao contrário do que aconteceu na fase anterior. Entre 2010 e 2015, o número de bolsas de doutorado oferecidas cresceu 95%, enquanto o número de doutorandos cresceu 37,5% (CAPES, 2021c). Se comparamos as taxas equivalentes para o período de 2015 a 2019, o crescimento das bolsas foi de 8% e o de doutorandos, 26,5%. Isso significa que há proporcionalmente menos doutorandos com bolsas, e que a competitividade se tornou maior. Em 2014, no pico da afluência de financiamentos, havia bolsas da CAPES para 34,5% dos doutorandos; em 2020 para 31,5%.

Quanto à dinâmica dos financiamentos científicos no Brasil, cabe ainda mais uma observação. As mudanças mais drásticas feitas pelo governo atual em relação ao campo da universidade e da ciência não aparecem ainda nos dados disponíveis. Destaco, aqui, duas delas: a primeira consiste nos cortes impostos, em 2020, às bolsas de pós-graduação tal como explicados na Portaria 34 emitida pela CAPES² (CAPES, 2020). O segundo foi um corte do orçamento do Ministério da Inovação, Ciência e Tecnologia imposto pelo governo de mais de 90% (Garcia, 2021) em relação ao orçamento do ano anterior — que já era por si resultado de sucessivos cortes mais sutis. Esse corte orçamentário praticamente leva o tal ministério à extinção e impede a continuidade de uma série de funções do CNPq, que fica sob a alçada desse ministério. Acredito que o impacto dessas transformações possa ser mensurado melhor daqui a alguns anos, e com a inclusão dos dados do CNPq.

Sobre as bolsas no Brasil também, é importante destacar que os valores estão congelados desde 2013 e elas perderam muito o valor de compra desde essa época. A bolsa de doutorado, por exemplo, que é de 2500 reais, teria que ser hoje de 4450³ para manter o mesmo poder de compra da altura. Portanto, esse fator junto aos cortes orçamentários; ao estancamento da expansão da pós-graduação e do sistema de ensino superior, que diminuiu a oferta de posições de trabalho, ao aumento da competitividade por financiamento; e à difamação pública consistiram em transformações drásticas, que atenuaram muito o sentimento de otimismo que se tinha durante os anos PT em relação ao lugar da ciência. Acredito que esse novo contexto possa ter impactado, por um lado, o crescimento

² <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3443>

³ Cálculo feito no recurso disponível no site do IBGE, em 24/08/22. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>>

dos corpos discentes no Brasil, em especial desestimulando os estudantes em situações económicas mais vulneráveis a seguir a carreira académica. Por outro lado, no crescimento desse êxodo de jovens pesquisadores brasileiros, que tem Portugal como um dos principais destinos.

A associação entre as transformações políticas no Brasil e a decisão migratória aparece na fala de muitos interlocutores. O deslocamento internacional é, por vezes, retratado quase como um autoexílio diante do que é percebido como a inviabilidade da consecução de uma carreira académica ou da manutenção de determinada postura política no país. Sentimentos de exaustão, desamparo, insegurança e medo costumam estar presentes na descrição da decisão de migrar. De fato, alguns relatos parecem ter um tom demasiado fatalista, que desconsidera a continuidade da vida académica no Brasil, apesar das dificuldades de financiamento. No entanto, é interessante, do ponto de vista da relação estabelecida entre os meus interlocutores e a experiência migratória, que Portugal nessas falas não costuma aparecer como um destino desejado a priori, e sim um lugar em que é possível dar continuidade a agendas teóricas e políticas já construídas no Brasil.

Ao nos voltarmos para os dados a respeito do investimento em mobilidade internacional financiada pela CAPES, nos deparamos com uma diminuição do investimento mais abrupta. Quanto considerados no total, o número de bolsas concedidas pela CAPES de 2010 a 2014 cresceu e passou a diminuir vertiginosamente a partir de 2015, conforme é possível observar no gráfico 4.

Evolução do número de bolsas da CAPES para mobilidade internacional

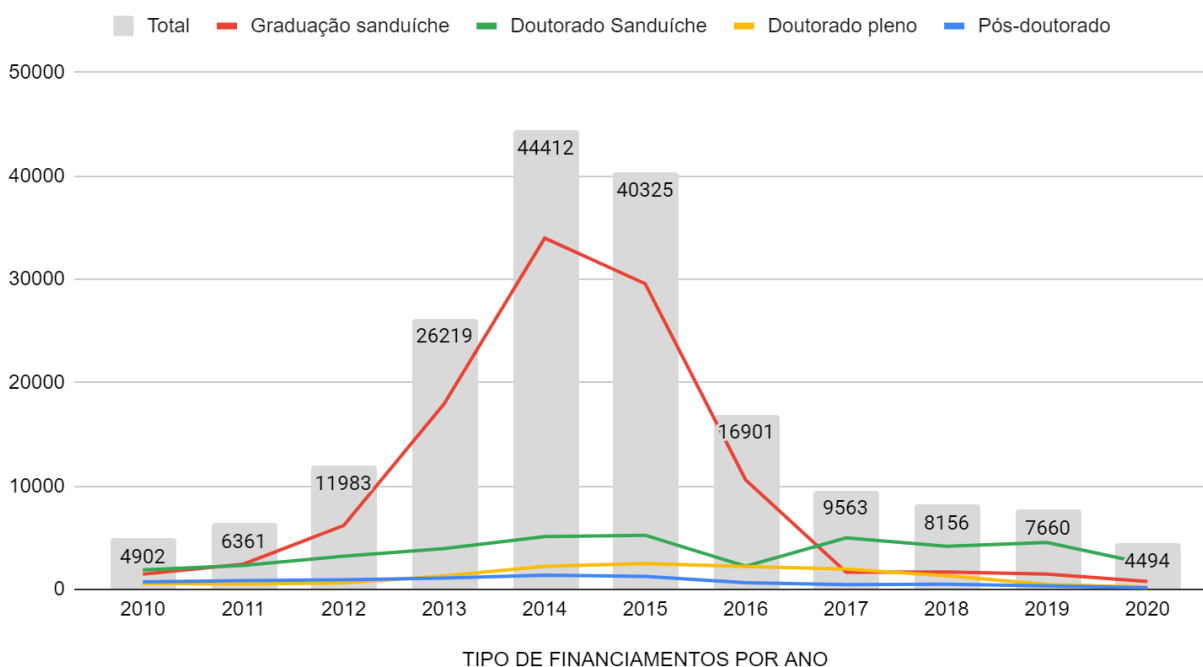


Gráfico 4 – Evolução do número de bolsas de mobilidade internacional concedidas pela CAPES, por segmento, de 2010 a 2020 (CAPES, 2021b)

Em comparação com a evolução do número de bolsas nacionais concedidas pela CAPES, a evolução do número das bolsas de mobilidade internacional é notavelmente mais volátil. Apesar disso, os marcadores temporais do ritmo de crescimento parecem ser os mesmos: há um ritmo de crescimento intenso até o ano de 2014, com uma taxa média de crescimento anual de 97,58%; e a partir de 2015 há uma taxa de crescimento médio negativa, de -2,8%. O maior vetor de crescimento e de diminuição dos financiamentos internacionais se deve ao programa Ciência sem Fronteiras, que durou de 2011 a 2016. Foram ainda concedidas bolsas de mobilidade para estudantes de graduação depois dessa data, mas em muito menor quantidade.

Esses cortes também se fizeram sentir na mobilidade internacional para a formação avançada. Na tabela 4, apresento o número de bolsas concedidas para doutorandos e pós-doutores⁴ em três momentos diferentes.

Tabela 4 – Número de bolsas de pós-graduação internacionais em 2010, 2015 e 2020 e variação percentual em cada período (CAPES, 2021b)

Segmento	Doutorado Pleno		Doutorado Sanduíche		Pós-doutorado	
	Número	Δ%	Número	Δ%	Número	Δ%
2010	577	—	1.890	—	729	—
2015	2.492	910.23%	5.236	373.64%	1.246	279.66%
2020	208	-93.70%	2.463	-67.53%	146	-85.46%

⁴ Não incluí as bolsas de mestrado por terem sido concedidas muito poucas ao longo desses anos, o que me faz pensar que nunca foram uma política pública em larga escala e, portanto, não são uma variável relevante para compreender uma transformação no cenário acadêmico brasileiro

O grande crescimento na concessão de bolsas que se deu entre 2010 e 2014 foi praticamente neutralizado nos cinco anos seguintes. No caso dos programas de doutorado pleno e pós-doutorado no exterior, eles passaram, em 2019, a oferecer ainda menos financiamentos do que em 2010.

Apresentei estes dados sobre a evolução do número de bolsas concedidas pela CAPES como uma ilustração desta pequena história sobre o processo de crescimento e subsequentes cortes no financiamento público no Brasil. Sem dúvida, esse fenômeno aparece em outras áreas de ação estatal e, até mesmo, em outros aspectos do trabalho científico e universitário. Escolhi aqui as bolsas por consistirem um elemento importante para o universo dos meus interlocutores. Levantar esses dados me ajuda a avançar na hipótese de que o crescimento do número de doutorandos brasileiros em Portugal, tem mais a ver com a dinâmica interna de financiamento à ciência no país do que dos incentivos oficiais para a mobilidade internacional de ambos os Estados.

Portanto, número de doutorandos brasileiros em Portugal aumenta durante esses dois momentos sem os incentivos diretos, mas, em certa medida, por dinâmicas sociais engendradas pelo Estado brasileiro em momentos diferentes. Num primeiro momento, pela difusão da mobilidade acadêmica internacional e pelo imaginário essencialmente positivo dessa experiência; num outro momento, pelas ações de progressiva precarização das condições de formação acadêmica e trabalho científico no país, que impulsionam um determinado setor de jovens pesquisadores a procurarem alternativas de construção de uma carreira acadêmica fora do país. Não é o objetivo desse texto dar uma explicação para o crescimento do número de doutorandos e pesquisadores brasileiros em Portugal, e tampouco o é da minha pesquisa. Para isso, de qualquer forma, eu precisaria ainda de mais interlocução e tempo de trabalho campo. No entanto, a análise da história recente das políticas públicas de investimento em ciência e ensino no Brasil contribuem para compreender as condições nas quais os meus interlocutores chegam a Portugal e as características das pesquisas que pretendem desenvolver.

Referências bibliográficas

- Amorim, Marina Alves. (2012). A Educação dos Brasileiros & o Estrangeiro: breve histórico da internacionalização dos estudos no Brasil. *Brasiliana – Journal for Brazilian Studies*. v. 1, n.1,p. 44-65
- Araújo, Emília Rodrigues; Silva, Silvia. (2014). Ecos do tempo: a mobilidade de investigadores e estudantes brasileiros em Portugal. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 16, n. 37, p. 218-250
- CAPES. (2020). Portaria nº 34, de 9 de Março de 2020. *Catálogo de Normas e Atos Administrativos da CAPES*. Disponível em Novembro, 2, 2021 em <<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3443>>
- CAPES. (2021a). Concessão de Bolsas a Instituições de Ensino Superior apoiadas pela CAPES 2010-2020. Brasília, Brasil: *CAPES*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em Outubro, 15, 2021 em file:///C:/Users/a.silva/Downloads/IBE2004_2016.pdf
- CAPES. (2021b). Bolsas Ativas em Programas de Mobilidade Internacional 2010-2029. Brasília, Brasil: *CAPES*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em Outubro, 05, 2021 em file:///C:/Users/a.silva/Downloads/IBE2004_2016.pdf
- CAPES. (2021c). Discentes dos Programas de Pós-Graduação strictu sensu no Brasil. Brasília, Brasil: *CAPES*, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em Outubro, 05, 2021 em file:///C:/Users/a.silva/Downloads/IBE2004_2016.pdf
- Correia-Lima, Manolita; Riegel, Viviane. (2015). Mobilidade acadêmica made in SOUTH: refletindo sobre as motivações de estudantes brasileiros e colombianos *Magis. Revista Internacional de Investigación en Educación*, vol. 8, núm. 16, pp. 109-132
- DGEEC. (2021). Inscritos no ano letivo 2011/2012-2019/2020. Lisboa, Portugal. DGEEC: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e da Ciência. Disponível em Setembro, 20, 2021 em: <<https://www.dgeec.mec.pt/np4/235/>>
- Garcia, Gustavo. (2021). Projeto aprovado pelo Congresso retira mais de R\$ 600 milhões de recursos para pesquisa. *O Globo*. 08/10/2021. Disponível em Novembro, 24, 2021, em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/10/11/corte-de-92percent-das-verbas-da-ciencia-ira-afetar-pesquisa-na-antartica-a-partir-de-marco-diz-cientista-da-ufrgs.ghtml>>
- Moritz, Gilberto de Oliveira; Moritz, Mariana de Oliveira; Melo, Pedro Antonio. (2011). A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos. XI

Colóquio sobre gestão Universitária na América do Sul. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/26136>>. Acessado em: 15/11/2021

Moura, Marina; Doula, Sheila. (2019). “Eu achei que lá seria tudo diferente”: representações do Brasil e do exterior entre bolsistas do Programa Ciência sem Fronteiras da Universidade Federal de Viçosa. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v. 100, n. 256, p. 713-732

Granja, Cintia Denise; Carneiro, Ana Maria. (2021). O programa Ciência sem Fronteiras e a falha sistêmica no ciclo de políticas públicas. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.29, n.110, p. 183-205, jan./mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002801962>

Noia, Juliana; Alfano, Gustavo. (2021). CNPq tem o menor orçamento do século 21, corta bolsas e afeta pesquisas em meio à pandemia. *O Globo*. Disponível em Novembro, 24, 2021 em:

<<https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/cnpq-tem-menor-orcamento-do-seculo-21-corta-bolsas-afeta-pesquisas-em-meio-pandemia-25038771>>

da Silva, M. V. C. (2014). A cooperação brasileira para o desenvolvimento no âmbito do ensino superior: o Programa de Estudantes-Convênio e a política externa brasileira para os PALOP. *Revista Cabo-Verdiana de Ciências Sociais*, ano 2, N.º 2 e 3, 2014-2015

Wright, Susan; Dabo, Annika. (2010). Introduction: Anthropology of university reform. *Social Anthropology/Anthropologie Sociale*. 18: 1-14